

Planalto aposta em correções

Os próprios constituintes vão rever decisões políticas

Márcia garante que JK seria do Centrão

VERA RAMOS
Da Editoria de Política

"Se JK fosse vivo, ele estaria com o Centrão. Essa é a opinião da deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF), filha do ex-presidente da República, que vem sendo alvo de crescentes críticas dentro e fora de seu partido por ter engrossado a fileira dos constituintes que apóiam as propostas de mudanças centristas.

Respondendo aos seus críticos que a tacharam de direita, Márcia Kubitschek negou-se a se definir ideologicamente. "Não sou de direita e nem de esquerda. Sou mesmo é do PMDB, partido no qual militarei até o fim de minha carreira política". A deputada também recusou-se a rotular seu pai como um político progressista. JK não era progressista segundo os critérios dos esquerdistas que estão nessa Constituinte. Meu pai não era um radical e eles são".

Numa entrevista exclusiva ao CORREIO BRAZILIENSE, a deputada Márcia Kubitschek admitiu que poderá se candidatar ao governo do Distrito Federal, embora ache que seja cedo para se colocar postulações. Em sua opinião, é preciso que se defina, em primeiro lugar, quando serão realizadas as primeiras eleições para o governo do Distrito Federal.

— Por que a Sra. decidiu votar com o Centrão?

— Estou com o movimento dos constituintes que criou o grupo desde o início. Não entrei para o grupo na última hora como estão dizendo. Minha atitude é absolutamente coerente com o que defendo, e também condiz com os ensinamentos que JK me deu. Se ele fosse vivo, tenho certeza, votaria com o Centrão que é a vontade da maioria dos constituintes dessa Assembleia Nacional. Os objetivos são claros: queremos a vitória do bom senso sobre as imposições dos radicais e que a maioria tenha chance de mudar o texto constitucional aprovado na Sistematização.

Meu pai foi um político progressista pragmático e não como esses esquerdistas que estão aí. Esse País não seria o

que é se não tivesse existido JK. Antes de seu governo, no Brasil não se fabricava nem agulha. Ele abriu o País ao processo de industrialização, sem contudo, impor barreiras à vinda de investimentos estrangeiros. Sua política não era xenófoba. Sem o capital externo não teríamos conseguido o desenvolvimento industrial verificado durante o governo de JK.

— Seus opositores afirmam que a Sra. aderiu às teses defendidas pela direita da Constituinte. Qual a sua opinião?



Márcia, prevendo...



...ó que faria Juscelino

— Não sou de direita e nem de esquerda. Eu sou mesmo é do PMDB, sem rótulos ideológicos. Pretendo ficar com os peemedebistas até o fim de minha carreira política. O fato de votar com o Centrão não me faz menos peemedebista do que o senador Mário Covas ou a deputada Cristina Tavares. Decidi votar com o grupo a fim de mudar as regras do Regimento Interno

da Constituinte que impede que se introduza novas emendas ao texto constitucional aprovado na Comissão de Sistematização. Apenas isso. Portanto, estar com o Centrão não significa que serei obrigada a votar, também, nas emendas que o grupo apresentará posteriormente. Mas, se as emendas propostas, durante a votação em plenário, estiverem de acordo com os princípios que defendo, votarei com o grupo. Meu alinhamento político com o Centrão não é automático e nem definitivo.

— O plenário vai votar muitos temas polêmicos, como estabilidade no emprego, licença-gestante e a nacionalização da distribuição dos derivados do petróleo. Qual a sua posição sobre esses assuntos?

Acho que a Sistematização aprovou artigos que, no final das contas, vão prejudicar mais do que beneficiar os cidadãos. Por exemplo, a estabilidade e a licença-gestante de 120 dias. A curto prazo, pode ser que os trabalhadores acreditem que houve benefício. Porém, a médio prazo, os prejuízos irão aparecer.

Quanto à licença-gestante de 120 dias, acho que se ela for aprovada pelo plenário da Constituinte, as mulheres ficarão ameaçadas como força produtiva. Para se obter emprego, elas terão que apresentar atestado de esterilidade para competir com os homens.

Não concordo com a nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo. Isso é um absurdo completo. Até os constituintes de esquerda já admitiram que a medida irá quebrar o País.

Como filha e herdeira política de JK, a Sra. é sempre apontada como candidata virtual às eleições para o governo do Distrito Federal. O que acha disso?

— Acho que está muito cedo para se falar em candidatos. Os constituintes ainda não definiram quando serão realizadas as eleições.

Quanto à minha candidatura, costume repetir o que meu pai dizia. "Ninguém é mártir se não quiser. Estou na política e militarei enquanto tiver a confiança dos brasileiros".

A.C. SCARTEZINI
Especial para o CORREIO

As avaliações mais recentes feitas pelo presidente Sarney indicam que ele agiu certo ao afastar-se da Constituinte para deixar que ela, sozinha, promova a correção do rumo que tomou na Comissão de Sistematização. "Os próprios políticos, em seu universo mais amplo, estão rejeitando as decisões da Comissão e, por isso, a sucessão presidencial ainda não foi para as ruas com a força que se esperava", anota-se no Planalto uma impressão da intimidade presidencial.

A rejeição política às decisões mais políticas da Comissão de Sistematização é diagnosticada no Planalto por intermédio de dois pontos principais:

1 — Como sistema de governo, o parlamentarismo não é absorvido e deve cair no plenário da Constituinte.

2 — A sucessão presidencial encontra dificuldade para avançar apesar da redução do mandato de Sarney a quatro anos pela Comissão.

PRESSÃO

Conclui-se que o parlamentarismo foi acionado contra o Presidente como forma de pressioná-lo a aceitar o novo sistema de governo em troca da preservação do seu mandato. "Quiseram negociar com o Presidente colocando uma faca sobre o seu pescoço", avalia-se.

Essa conclusão reforça-se com a insistência com que o senador José Richa (PMDB/PR), em certa fase das negociações, procurou convencer o Presidente a aceitar o parlamentarismo acoplado ao mandato original de seis anos. "Fui muito claro na televisão quando disse que não aceitava o mandato de seis anos, que optava pelo de cinco", chegou Sarney a deixar posta na mesa de negociação com a maior ênfase, a recusa pelos seis anos.

Usava o Presidente de uma veemência rara em seu comportamento pessoal por acreditar que, naquela altura, aceitar os seis

anos seria a sua desmoralização depois que, no pronunciamento em cadeia nacional de 19 de maio, recusou, com a mesma ênfase, um contrato tão longo de aluguel do Palácio do Planalto.

CANDIDATOS

Agora, conclui-se que as lideranças da Constituinte procuram uma fórmula digna para livrar-se do parlamentarismo. Registra-se que, por enquanto, apenas um presidencialista entrou na arena com a disposição declarada de ser candidato apesar do eventual parlamentarismo: o ex-governador paulista Franco Montoro.

Os outros presidencialistas declarados presentes à arena trabalham contra o parlamentarismo. De quebra, o movimento na arena é menor do que se esperava, o que leva Sarney a concluir que o melhor é mesmo não se meter com a Constituinte e esperar que ela caminhe para trás refazendo os seus próprios passos.

Final, está aí o exemplo do governador paulista Orestes Quércia, lançado candidato a presidente por várias pessoas, mas sem que ele próprio se disponha a assumir a sua candidatura — apesar da festa que passou a engalantar, nos últimos dias, suas aparições em cerimônias públicas em São Paulo. E por que Quércia não assume? Porque é cedo, na sua opinião, fazer eleição presidencial dentro de um ano, mesmo para quem se acomoda na cabina de comando do Estado mais poderoso.

Por isso, espera Sarney que os políticos resolvam os problemas que a Comissão de Sistematização criou. Espera que os políticos se convençam da inconveniência de fazer campanha presidencial no próximo ano, quando o Congresso Nacional ainda estará votando leis complementares à Constituição, as Assembleias preparando os novos textos constitucionais de cada Estado e os vereadores e prefeitos com seus postos em disputa eleitoral. O recuo no mandato seria algo natural como o do sistema de governo.

Luiz Eduardo: Ou gerais ou 5 anos

Na discussão sobre a duração do mandato presidencial, o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL/BA) posiciona-se da seguinte forma: ou se realizam eleições gerais no ano que vem ou se mantém o presidente José Sarney com um mandato de cinco anos. Para ele, isto é apenas um princípio lógico.

Luiz Eduardo mostra que todos os que têm mandato eletivo no país foram eleitos pela mesma Constituição. Desta forma, raciocina que, ou se corta o mandato de todos, com as eleições gerais em 88, marcando novos tempos, ou os políticos terminam seus

mandatos somente no período estipulado pela Carta que os elegeu: no caso do presidente José Sarney, cinco anos, porque ele abdicou de um, do total de seis.

SEPULTAMENTO

Ironizando, o parlamentarista destaca que o parlamentarismo está morto, só faltando ser sepultado. Presidencialista convicto, Luiz Eduardo acrescenta que quem matou o parlamentarismo foram aqueles que votaram a favor de um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, incluindo um grande grupo de parlamentaristas.